

Da teoria à prática: uma análise do núcleo de Relações Públicas da Agência INQ a partir da Função Política e das Diretrizes Curriculares Nacionais¹

Bruno César Silva²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre/RS

Resumo:

O artigo discute as contribuições das Diretrizes Curriculares Nacionais e sua interseção com o olhar teórico da função política (SIMÕES, 1987, 1995). A reflexão emerge da análise de agências experimentais para a revisitação da teoria e equivalências com o que propõe as diretrizes, já que o ensino é o agente da prática da função na sociedade (TAVARES, 2018). Os resultados obtidos demonstram que a função política está presente na normativa formativa de Relações Públicas, porém as DCNs não estão integralizadas às atividades da agência INQ.

Palavras-chave: Relações Públicas; Agências Experimentais de Relações Públicas; Diretrizes Curriculares Nacionais; Função Política.

Introdução:

Na vivência da sociedade pós-moderna, a partir da concepção de Bauman (2009) - que refere-se a liquidez em todas as esferas das relações - a estrutura social passa por mudanças que, por vezes, são impulsionadas pela sociedade em rede. A significação é dada por Castells (2017), sendo “uma estrutura social construída ao redor das redes digitais de comunicação” (Castells, 2017, p.22). Tal modelo, conectado e digital, quando alinhado ao líquido da pós-modernidade, não apenas ressignifica questões comunicacionais e de relacionamento, como gera tensionamentos entre novos e antigos modelos educacionais, discutindo um dos produtos das instituições de ensino, que por sua vez, também é o objetivo deste artigo: compreender o processo formação universitária a partir de agências experimentais de Relações Públicas - via análise do discurso da Agência INQ - e o possível impacto no perfil dos profissionais formados sob a égide das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas, que a partir daqui serão abreviadas como DCNs (BRASIL, 2013), sempre que se referirem ao recorte específico das Relações Públicas.

¹Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT 7) Teorias, metodologias e práticas de ensino das Relações Públicas e da Comunicação Organizacional, atividade integrante do XIII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

² Graduado em Relações Públicas pelo Centro Universitário Ritter dos Reis - UniRitter. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social pela FAMECOS/PUC-RS. Mérito Acadêmico do CONRERP/4ª. E-mail: contatodobrunocesar@gmail.com

Diante de uma digitalidade e da possível relação entre as áreas da educação e da comunicação, que é apontada por Martín-Barbero (2014), quando o mesmo destaca que os campos científicos da comunicação e da educação possuem muitos pontos em comum, concorda-se com a proposição de Martín-Barbero (2014), ao revisitar a teoria da Função Política, desenvolvida por Simões (1987, 1995), e posicioná-la junto à educação.

A convergência ocorre sob a metodologia da Análise de Conteúdo (Bardin, 2010), numa correlação entre o mercado e a academia - que, por vez, também é a força condutora da Teoria Política (Simões, 1987, 1995), - quando se analisa o discurso da Agência INQ, codificando-o em relação ao que estabelece a normativa das DCNs, quanto às competências específicas do egresso do curso de Relações Públicas, e inferindo a partir de um recorte de constructos da Teoria Política proposta por Simões (1987, 1995).

Para a condução do artigo, dividiu-se em breve capítulos, que em ordem sequencial, apresentam as agências experimentais como organizações e suporte para as aplicação da Teoria Política sob o recorte específico de dois constructos da teoria (a definição conceitual e operacional - o Ser e o Fazer da atividade de Relações Públicas), transcorrendo a formação do profissional de Relação Pública. Na sequência, apresentam-se além da breve passagem pela concepção das DCNs e o marco regulatório da profissão para, então, resultar na apresentação do objeto - a Agência INQ - e os resultados da análise e as conclusões preliminares deste artigo. A análise busca mapear a aplicação das DCNs (BRASIL, 2013) e as possíveis analogias com a Função Política nas agências ou núcleos de Relações Públicas. Enquanto que para a compreensão do que propõe, os principais autores e referências são Brasil (2013), Simões (1987, 1985), Moura (2002, 2008, 2015) e Tavares (2018).

Conforme Dornelles e Simões (2012), existem percepções a cerca de um possível mercado oculto de Relações Públicas, cuja demanda desencadeia uma série de reflexões quanto às atividades do profissional de Relações Públicas no mercado de trabalho atual.

Inexiste mercado de trabalho para profissionais da área. Se há, não caracteriza exatamente a proposta pela descrição do cargo divulgado pelo Conselho Profissional da categoria [...] Essa problemática, em outra dimensão, contém a expectativa, por parte da classe, que os espaços profissionais de Relações Públicas caíam dos 'céus', designados obrigatoriamente pelo termo mágico. Aceitam somente o que consta do diploma de conclusão do curso acadêmico, deixando de lado inúmeras oportunidades por questões semânticas. (DORNELLES; SIMÕES, 2012, p.16).

A reflexão de Dornelles e Simões (2012) é um ponto de atenção quanto à formação dos profissionais, que precisam se reinventar e estarem alinhados ao contexto cultural. Os autores ainda complementam que a realidade contemporânea “exige um ensino baseado na

‘interdisciplinaridade’ (2012, p. 17) e "as mudanças das práticas terão maior possibilidade de serem assertivas se o movimento iniciar pelo campo acadêmico" (TAVARES, 2018, p. 119) tendo as agências experimentais como possíveis marcos da mudança.

As agências experimentais como suporte para a aplicação da Teoria Política em relação ao Ser e Fazer das Relações Públicas e a formação do profissional

As agências experimentais de comunicação, neste artigo valendo-se das específicas de Relações Públicas - ou seus núcleos - são espaços físicos, presentes nas estruturas das universidades, normalmente integrados aos cursos de graduação em Relações Públicas, que compreendem a prática laboratorial das atividades que o profissional irá desenvolver na sociedade, cuja base do conhecimento se dá em sala de aula. O processo de trabalho em uma agência experimental normalmente conta com o acompanhamento de professores junto aos acadêmicos, resultando em espaços focados no aprendizado e na troca.

O ambiente em uma agência experimental de comunicação pode estimular o aprendizado dos alunos porque procura simular uma atividade semelhante ao desenvolvido no mercado de trabalho. Não há uma regra geral de constituição de uma agência experimental, porém a agência deve estruturar suas atividades para vincular as disciplinas desenvolvidas nos cursos de comunicação. (SILVEIRA; COLPO; SANTOS, 2012, p. 4)

Para Simões (1987, 1995), toda a base de conhecimento das Relações Públicas deve estar edificada sobre o ensino prático e teórico, onde ambos coexistem indissociados. “A prática é extremamente necessária para a confirmação da teoria e para a formação do acervo histórico que facilitará o trabalho profissional” (SIMÕES, 1995, p.30). Dito isto, é possível afirmar que as agências experimentais são suporte para revisitar a Teoria Política das Relações Públicas, proposta por Simões, em 1987.

Este referencial teórico, na medida em que aplicado no exercício profissional, vai sendo confirmado, enriquecido ou reformulado diante da realidade histórica de cada organização, formando uma memória que redimensiona a distância entre a teoria e a prática. (SIMÕES, 1995, p.99)

A Teoria Política das Relações Públicas (1987) dá ênfase a política das e nas relações, pois compreende que para as Relações Públicas sua “essência é a relação de poder entre a organização e seus públicos” (SIMÕES, 1987, p.35) e, toda ação relações de poder, nutridas com informação, que para Simões (1987, 1995) é matéria prima das Relações Públicas.

Numa trajetória histórica, a Teoria da Função Política das Relações Públicas surgiu há mais de 20 anos, pela necessidade de profissionais terem uma rede teórica capaz de responder ao dia a dia da profissão. Portanto, a Função Política, de Simões (1987), ainda é uma das únicas abordagens literárias brasileiras sobre a área de Relações Públicas em que o seu arcabouço teórico permite continuidades, pois apresenta conexões do mercado e do campo acadêmico, desenvolvendo uma visão pluridimensional do processo das Relações Públicas, que atende aos mais variados conflitos e de capital intelectual aberto, isto é, não terminada.

Processo pluridimensional de interação da organização com a sociedade, segundo as estruturas psico-social, cultural, econômica, política, ideológica, jurídico-estatal, histórica e filosófica. É sustentado pelo processo de comunicação, visa ao processo de transação e reativa-se com a informação. (SIMÕES, 1987, p.35)

Ao redimensionar as distâncias entre a teoria e a prática, chega-se aos ambientes das agências experimentais, vistos como redutos do diálogo da teoria com a prática, já que respondem às necessidades mercadológicas, acadêmicas e institucionais.

Para Silveira; Colpo e Santos (2012) as agências são ambientes que estimulam o aprendizado, transformando-as em alternativas mais rápidas e fluídas de compreensão das novas realidades propostas pela sociedade em rede, de Castells (2017). Por serem lidas desta forma pode-se dizer que estão muito próximas de conceitos advindos da área da educação, conforme Tavares (2018), no que se refere à educação humanística. Nela (educação humanística) e nelas (agências experimentais), ocorre o que chama-se de ato educativo, onde se “direciona o olhar do pesquisador para a análise dos ambientes não formais de educação” (TAVARES, 2018, p.63). Porém, mesmo com a informalidade dos ambientes das agências, não significa que não estejam presentes relações de poder, pois havendo público e organizações, há relações políticas de poder e atividade para as Relações Públicas.

Desde a época em que a Teoria Política das Relações Públicas foi escrita, datada de 1987, a área e o curso de Relações Públicas já buscavam estar alinhados ao modelo das organizações, necessitando formação de profissionais capacitados para atuarem no mercado.

Em outras palavras, a formação não é simples fenômeno de oferta e absorção de conhecimentos, pois implica transformações da personalidade e, como consequência dessa metamorfose, facilita a interação do futuro profissional com o meio. [...] Acredita-se que tudo isso ocorrendo, o profissional lançado no mercado de trabalho terá pelo menos a condição de visualizar o esquema básico de sua atividade. A operacionalização mais ou menos satisfatória desse conhecimento dependerá da força de vontade do profissional e das

oportunidades que surgirem. Pelo menos, a universidade terá cumprido sua parte. (SIMÕES, 1987, p.188)

O ambiente em que ocorre a operacionalização é acadêmico e, pode ser transposto para o laboratorial - das agências experimentais. Moura (2002, p.175) destaca que “em Relações Públicas, o ensino não corresponde às necessidades do mercado na medida em que falta um embasamento conceitual para o seu exercício profissional”. A pesquisadora dialoga, de certa forma, com Simões (1995), pois para ele:

A comunidade de professores de Relações Públicas (inclua-se, também, os demais professores agregados de outros departamentos e institutos) não possui ainda explicitado um referencial teórico com um mínimo de consistência que permita o ensino da teoria e da tecnologia da atividade de ensino de terceiro grau de maneira coerente e sinérgica no âmbito de um curso, muito menos de diversas faculdades de uma região, de um estado, de um país e, sem medo de errar, do mundo. (SIMÕES, 1995, p.32)

A afirmativa de Simões, em 1995, de que se carecia de um referencial teórico que pudesse ensinar tanto a teoria quanto a prática e, além do mais, fosse coerente nos mais variados ambientes em que se discutia Relações Públicas, aliada a síntese de Moura (2002) sobre o ensino, promove na comunidade científico a discussão sobre o ser e fazer da atividade de Relações Públicas - ou o equivalente, conforme Tavares (2018) e Simões (1987, 1995) aos constructos de definição conceitual e definição operacional.

A reflexão, sobre definições da base conceitual e operacional. As primeiras nos permitem a representação do objeto, pelo pensamento, através de suas características gerais e norteiam a formulação verbal da idéia então formada. As segundas utilizam proposições que identificam os vários estágios de ação que caracterizam a atividade. (SIMÕES, 1987, p.93)

Assim, na definição dos constructos da Teoria Política, de Simões (1987), o recorte aqui estabelecido é o das definições conceituais e operacionais. Com base em Tavares (2018) e Simões (1997), em síntese, pode-se dizer que a partir dos dois constructos, a associação com a educação ocorre, já que o ser (conceitual) e o fazer (operacional) da atividade de Relações Públicas estão implícitos na rotina de uma agência experimental de relações públicas, que é uma das formas de exercício prático a partir de um referencial teórico.

O profissional de Relações Públicas é um administrador de uma função organizacional e para tanto deve estar formado em conhecimentos teóricos e habilitado no exercício da prática, segundo um referencial orientador que lhe encurte caminhos na busca de tal qualificação. (SIMÕES, 1995, p.227)

Esta formação do profissional que Moura (2002), Simões (1987, 1995) e Tavares (2018) abordam, tem no ato educativo nas agências experimentais outro ponto de reflexão, tratando da possibilidade de um estudo aprofundado como base na dissertação de Tavares (2018), sobre a *práxis* educativa das Relações Públicas a partir da Função Política (1987).

Ao tratar de diversas funções para a área, Simões (1995) enaltece a função política. Entretanto, não caracteriza, claramente, uma função educativa para o desempenho profissional. A epistemologia da atividade, exposta por Simões (1987), prevê distintas possibilidades, e o caráter educativo fica implícito em sua tese, como um movimento a ser explorado na sua teoria. (TAVARES, 2018, p. 79)

Para finalizar, Simões (1995, p.31) entende que “discutir uma linguagem comum na área de Relações Públicas é uma necessidade urgente”, já que a falta desta linha condutora vem impactando na forma como a sociedade enxerga os profissionais de Relações Públicas.

O marco legal das Relações Públicas e as DCNs

A legislação que regulamenta a profissão de Relações Públicas (BRASIL, 1967) foi construída durante o governo militar e em sua redação poucos são os indicativos de quais seriam as possibilidades da prática da atividade, já que seu texto é sucinto. Moura (2002, p.109) estabelece um rápido panorama jurídico da organização da área, quando sinaliza que:

Relações Públicas é regida pela Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967, que define suas atividades específicas. Conta com o Decreto nº 63.283, de 26 de setembro de 1968, que aprova o regulamento da Lei nº 5.377. Convém salientar que a referida lei não define claramente as atribuições da área, que estão compreendidas no capítulo II, artigo 2º, resumidas em cinco itens. Quanto ao Decreto, as atribuições da área são mais específicas, com sete indicações. Para exercer a profissão de Relações Públicas também é necessária a graduação na área em instituições de ensino reconhecidas pelo MEC.

Até o ano de 2013, os títulos dos egressos das graduações eram de bacharéis em Comunicação Social, com habilitação para exercer a atividade de Relações Públicas. além disto, Kunsch (2003) reforça que foram diversas as mudanças curriculares na área.

O ensino universitário de Relações Públicas se institucionalizou no País partir do modelo concebido pelo Ministério da Educação e das sucessivas reformas curriculares implementadas, a partir de 1969, para formatação do curso de Comunicação Social [...] a formação profissional universitária de Relações

Públicas se estabeleceu no âmbito da Comunicação Social e em conexão com as subáreas afins (KUNSCH, 2003, p.46).

Das mudanças, a mais recente ocorreu em 2013, quando o Ministério da Educação, via Conselho Nacional de Educação, instituiu a Resolução nº 2, de 27 de setembro, que determina as DCNs. Moura (2008) explicita a importância das diretrizes curriculares, pois:

Orientam a elaboração dos projetos pedagógicos articulando conteúdos abrangentes - conhecimentos específicos e de áreas afins. Possibilita a relação entre áreas de organização do saber, visando o perfil do egresso a atingir, com as habilidades e competências a desenvolver, previamente definidas pela instituição de ensino. O currículo é composto por uma estrutura com um núcleo específico, garantindo a identidade do curso. A estrutura deve ser flexível, permitindo uma diversificação na formação do aluno e uma integração entre teoria e prática, pesquisa básica e aplicada. (MOURA, 2008, p. 693)

Este marco foi reflexo de estudos na área curricular e da educação em Relações Públicas e, provavelmente, possa ter apresentado em seu texto final reflexo da Teoria Política de Simões (1987,1995), uma vez que se identificam elementos em comum, como a “articulação teórico-prática”, item presente tanto na Teoria Política (Simões, 1987) quanto nas DCNs. Na mesma linha, Moura (2002) também colaborou na concepção do documento, não apenas integrando comissões junto ao MEC, que serviram de base de pesquisa e reflexões, quanto das contribuições de sua tese de Doutorado, que aborda os currículos dos cursos de comunicação social no Brasil, sendo, portanto, referência na discussão desta temática.

Este é o momento no qual mudanças nos currículos dos cursos estão ocorrendo. Assim, o interesse em elaborar o texto está diretamente ligado aos problemas que a academia enfrenta para garantir a formação profissional. (MOURA, 2002, p.13)

E, seguindo na linha teórica de Moura (2002), Tavares (2018) pontua sobre o desafio que representa ao campo acadêmico das Relações Públicas o estabelecimento de suas DCNs.

Se configura um desafio para o campo acadêmico, especialmente para o ensino de graduação na área, uma vez que a prática, na sociedade, só se altera quando a formação proporciona a convergência de novos saberes, aliados aos tensionamentos das Diretrizes Curriculares Nacionais. (TAVARES, 2018, p.124)

Por falta de dados, não pode-se afirmar que as DCNs (BRASIL, 2013) tenham solucionado os problemas da academia em relação à formação profissional, entretanto fica evidente que há conexões entre o que dispõe a Teoria Política de Relações Públicas (Simões,

1987, 1995) - sobre os constructos do Ser e Fazer da atividade de Relações Públicas- e a DCN, tornando mais fácil a compreensão das atividades e perfil do profissional egresso.

O egresso de 2002, impregnado de saberes fragmentados de variadas áreas para a sua formação, transforma-se em um profissional focado em Relações Públicas, em 2013, com capacidade para estabelecer interfaces com outros conhecimentos necessários a suas práticas multifuncionais. O encaminhamento de 2002 apontava para um movimento acadêmico que iniciava com aspectos gerais e derivava para questões específicas da profissão. A perspectiva de 2013 se apresenta de forma contrária: enfatiza o específico da profissão e, posteriormente, amplia-se para as questões abrangentes que podem contribuir às múltiplas demandas da sociedade atual, com as devidas apropriações teóricas, técnicas e práticas inerentes ao exercício qualificado de Relações Públicas. (MOURA, 2015, p. 53)

O recorte, além da concepção da visão de competências específicas dos egressos em Relações Públicas, aborda que as DCNs estabelecem quanto a promoção de atividades em laboratório, sendo apresentada como uma necessidade da formação específica em Relações Públicas. “II - No decorrer de sua formação, o aluno deverá cursar atividades didáticas em laboratórios especializados com objetivo de desenvolver práticas” (BRASIL, 2013).

Assim, fica subentendida não a operação específica de agências experimentais, mas sim as práticas laboratoriais, que por vezes podem ser equivalentes, em estrutura e/ou operação, às agências experimentais de Relações Públicas. Vale-se, também do fato de que se “o ensino não produz a mudança das Diretrizes, poderá não haver a possibilidade da alteração da prática” (TAVARES, 2018, p.119) o que possivelmente acarretará na manutenção de equivocada a compreensão das Relações Públicas, como apontado por Simões (1987).

A análise do Núcleo de Relações Públicas da Agência INQ e a relação com a Teoria Política das Relações Públicas e as DCNs

A Inq é agência experimental de comunicação da Faculdade de Comunicação Social (FACS), do UniRitter, da cidade de Porto Alegre/RS e, objeto de análise pela proximidade com o pesquisador, já que trata da instituição em que o mesmo graduou-se. Na instituição, o curso de graduação em Relações Públicas formou sua primeira turma em 2017/2. O centro universitário ainda dispõe de outros três cursos, que compõem não somente a FACS, mas também a estrutura da INQ (Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Produção Audiovisual).

Para fins metodológicos, as informações aqui analisadas estão disponíveis em domínio público, no portal da FACS e em suas redes de conteúdo. Logo, a pesquisa é de fonte

documental e a análise de dados segue o modelo proposto por Bardin (2010), de análise do conteúdo. Dito isto, o quadro 01 apresenta os serviços que são ofertados pelo Núcleo de Relações Públicas da INQ e seus prazos operacionais.

Quadro 01: descrição dos serviços oferecidas pelo Núcleo de Relações Pública da INQ

<i>SETOR</i>	<i>SOLUÇÃO EM COMUNICAÇÃO</i>	<i>ESCOPO DE TRABALHO</i>
<i>Núcleo de Relações Públicas</i>	Planejamento	Criação de projetos e campanhas de Relações Públicas focados nos relacionamentos com públicos estratégicos da UniRitter.
	Pesquisa	Criação e aplicação de pesquisas de clima, satisfação, mensuração de resultados, opinião e tendências para projetos acadêmicos da UniRitter.
	Eventos	Criação, planejamento, gestão e produção de eventos institucionais, culturais, esportivos e acadêmicos da UniRitter.
		Os serviços oferecidos pelo Núcleo de Relações Públicas envolvem muitas etapas de execução. Por isso precisamos que você encaminhe os pedidos com no mínimo 30 dias de antecedência.

Fonte: desenvolvido pelo autor com base no Cardápio de Serviços da INQ, disponível em https://issuu.com/agenciainq/docs/card_pio_inq_2018

Parte-se, então, dos dados disponibilizados pela INQ (2019) e do texto das competências específicas do egresso de Relações Públicas a partir das DCNs (BRASIL, 2013), donde organiza-se o quadro 02 a codificação de dois grupos que trazem, em oposição um ao outro, unidades de registro (palavras) presentes no discurso da INQ. A base utilizada na categorização foi Simões e sua Função Política (1987, 1995), com os dois constructos já recortados para o corpus desta análise. A primeira das categorias (abstrato-conceitual) refere-se ao constructo da definição conceitual (para Simões (1987) *o ser da atividade*), que em síntese trata das práticas operativas na área quanto a gestão organizacional política. A segunda (técnico-prático) diz respeito ao constructo da definição operacional (para Simões (1987) *o fazer da atividade*), que pode ser percebida sob o resumo do diagnóstico, prognóstico, assessoria e implementação, uma vez que necessita de instrumentos perceptíveis.

Quadro 02: categorização do discurso da INQ

Classificação e organização de categorias do Discurso da INQ
--

<i>Abstrato-conceitual</i>	<i>Técnico-prático</i>
<p>// unidades de registro presentes no discurso da INQ</p> <ul style="list-style-type: none"> ● planejamento; ● pesquisas; ● relacionamentos; ● UniRitter (organização); ● públicos; ● gestão; ● relações públicas. 	<p>// unidades de registro presentes no discurso da INQ</p> <ul style="list-style-type: none"> ● eventos; ● criação; ● projetos; ● campanhas; ● execução.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Simões (1987), Bardin (2010), Dornelles e Simões (2012)

A partir do quadro 01 (descrição dos serviços oferecidas pelo Núcleo de Relações Pública da INQ), que resultou no quadro 02, com a categorização do discurso da INQ, tem-se ainda uma terceira tabela, no estabelecimento de uma relação entre as duas anteriores. No quadro 03 apresenta-se o que as DCNs sugerem quanto às competências específicas que o egresso dos cursos de graduação em Relações Públicas deva possuir, além de codificar o discurso da INQ sobre seus serviços ofertados em relação ao discurso das DCNs e, chega-se à etapa de inferências, com análises qualitativas sobre a concordância ou não do que a semântica do discurso pode representar, sendo sinônimo, complementar ou contraditório em sua análise, em detrimento um do outro (discurso da INQ *versus* discurso das DCNs).

Quadro 03: análise do conteúdo do discurso da INQ e as relações com as DCNs

<i>Discurso: DCNs</i>	<i>Codificação: em relação ao discurso da INQ</i>	<i>Inferências entre os processos da INQ (discurso) e as DCNs</i>
<p>a) <i>interesse em desenvolver pesquisas, estratégias e políticas que favoreçam a interpretação qualificada da</i></p>	<p>Dos itens codificados no discurso da INQ, destaca-se a presença da unidade de registro <i>pesquisa</i> e, por sua vez, numa categorização <i>abstrato-conceitual</i>.</p>	<p>Analisando o discurso e o transpondo para a prática (operação do que se diz), a INQ atende mas não identifica-se na integralidade com o que a normativa das DCNs propõem.</p>
		<p>A palavra “pesquisa” está contemplada tanto no discurso da INQ quanto no das DCNs, o que sinaliza alinhamento de discursos. Porém, operacionalmente, o que promove as DCNs parece alinhado a uma iniciativa do próprio profissional em desenvolver a pesquisa, uma vez que nela enxerga importância (para todas as conjunturas sócio-organizacionais), diferente do que propõe a INQ. A estrutura do Núcleo de Relações Públicas apresenta os seus serviços de forma isolada e, na interpretação dos dados - ao menos da forma como são colocados - as pesquisa, estratégias e políticas que visam a</p>

<p><i>conjuntura sócio-organizacional;</i></p>		<p>interpretação da contexto em que se irá atuar são um serviço oferecido paralelamente, não sendo exclusivos de todos os projetos executados. Assim, quem busca por determinado serviço tem sua necessidade atingida naquela área, o que somado a uma possível não compreensão do público quanto da necessidade do estabelecimento de pesquisas, estratégias e políticas em relações públicas, pode fazer com que os resultados pretendidos não sejam atingidos da melhor forma possível - não compreensão da conjuntura -, causando tensões entre a organização e o público.</p>
<p><i>b) criatividade para gerar, executar e avaliar planos, programas, campanhas e projetos estratégicos de relações públicas, integrados às demandas organizacionais e da opinião pública</i></p>	<p>Dos itens codificados no discurso da INQ, destaca-se a presença das unidades de registro <i>campanha e execução</i>, por sua vez, numa categorização <i>técnico-prático</i>.</p>	<p>Analizando o discurso e o transpondo para a prática (operação do que se diz), a INQ atende mas não identifica-se na integralidade com o que a normativa das DCNs propõem.</p> <p>A especificidade da INQ é clara e, por mais que haja a incidência dos registros de campanha e execução, as mesmas não ocorrem em todos as atividades que sugerem as DCNs. Sua prevalência está na campanha, donde sinaliza a execução de projetos e campanhas de Relações Públicas, mas não sinaliza sob o viés estratégico, como sugerem as DCNs. Com isto, fica mais atenuada a presença da palavra execução, posicionando a atividade de Relações Públicas no campo funcionalista, de operação.</p>
<p><i>d) conhecimento de técnicas e instrumentos adequados ao desenvolvimento de atividades específicas: assessoria de imprensa, organização de eventos, cerimonial e protocolo, ouvidoria, comunicação interna, pesquisa de opinião pública e de mercado.</i></p>	<p>Dos itens codificados no discurso da INQ, destaca-se a presença das unidades de registro <i>evento e pesquisa</i>, por sua vez, numa categorização <i>técnico-prático</i>.</p>	<p>Analizando o discurso e o transpondo para a prática (operação do que se diz), a INQ atende mas não identifica-se na integralidade com o que a normativa das DCNs propõem.</p> <p>Nesta situação, novamente, apresenta-se o caráter funcionalista da INQ, uma vez que a única das atividades executadas pela agência é de eventos. Além disso, o texto da INQ não explicita o conhecimento de técnicas, mas sim a produção e gestão dos eventos. Fica subentendida que os profissionais estejam habilitados para essa execução. Mesmo que haja a unidade de registro pesquisa sinalizada no documento de apresentação de seus serviços, a leitura do que promove a INQ e o que sugere a pesquisa neste trecho das DCNs é diferente.</p>

No quadro 03, apresenta-se o recorte apenas dos parágrafos das DCNs em que a INQ atende, ao menos em partes, o que as DCNs projetam para o profissional. Porém, os demais parágrafos quanto às competências específicas do egresso de RP, via DCNs, são pontuadas abaixo, mas não utiliza-se no corpus da pesquisa, considerando que, pela metodologia aqui

utilizada, a INQ não atende ao que propõe a normativa, não sendo possível sua categorização nem em nível abstrato-conceitual quanto em técnico-prático.

c) habilidade para sistematizar os repertórios necessários à prática profissional, nos âmbitos da gestão de processos comunicacionais, da cultura organizacional e das inovações tecnológicas; e) capacidade de realizar serviços de auditoria, consultoria e assessoria de comunicação de empresas; f) condições de atuar de forma qualificada em atividades de relações governamentais e de comunicação pública; g) habilidade para administrar crises e controvérsias, promovendo ações para a construção e preservação da imagem e da reputação das organizações. (BRASIL, 2013)

Verifica-se o diálogo das DCNs com INQ, pois entre elas existe uma linha condutora, que é a Teoria Política de Simões (1987, 1995). A partir das inferências se estabeleceu uma expectativa quanto ao atendimento: se a INQ atendia ou não o que as DCNs propõem ao egresso dos cursos. Essa convergência entre a vivência profissional em uma agência experimental (que é uma prévia do mercado ou das ações a serem realizadas) com as DCNs permitem um ensaio quanto a aplicação das DCNs também como norteadoras da formação auxiliar do profissional de Relações Públicas, através do ambiente extraclasse. Pois se o ensino - mesmo se tratando de um ato educativo em ambientes informais de aprendizado - não estiver alinhado ao que a sociedade e o mercado esperam da profissão, eminentemente continuará-se a observar, o que Dornelles e Simões (2012) apontem, sobre um mercado oculto das Relações Públicas.

Conclusões preliminares

Primeiro, é importante deixar claro que a finalidade deste artigo não é a de fiscalizar as operações das agências experimentais de Relações Públicas, nem sugerir um modelo para o trabalho diário, mas diante da oportunidade de estudo, em especial na agência INQ pela vivência junto a graduação, foi possível esta documentação, como proposta de auxílio a reflexão entre as DCNs (BRASIL, 2013), a Teoria Política em Relações Públicas (SIMÕES, 1987, 1995) e as agências experimentais de Relações Públicas, sendo este um exercício inicial para o aprofundamento posterior, que trata-se da dissertação de mestrado deste autor.

Com os dados apurados da análise da INQ com as DCNs, visualizou-se que das seis competências específicas que espera-se que o profissional de Relações Públicas esteja habilitado a executar, três delas não são executadas pela INQ enquanto que, as outras três, são

realizadas de forma parcial, isto é, não atendendo a integridade do que o texto predispõe sobre as DCNs.

Em específico, sobre a estrutura das atividades executadas pela INQ, duas classificam-se no eixo técnico-prático e uma no abstrato-conceitual. A reflexão acerca das atividades desenvolvidas pela INQ a posiciona próxima a uma visão das relações públicas como atividade operacional, deixando a desejar na sua concepção conceitual. A Teoria Política de Simões (1987) pontua que todos os constructos são importantes, pois enxerga a atividade como um processo, propondo um paradigma próprio, com "causa, exigência, definição, atividade, estratégias, instrumentos, objetivo, finalidade" (SIMÕES, 1987, p.19) e, desta forma, tanto o ser quanto o fazer estão nessa construção simbólica. Porém para o correto entendimento da profissão o equilíbrio entre os constructos é necessário e, neste sentido, essa verificação não ocorre com a INQ, pois sua inclinação está para o constructo da definição operacional, isto é, das práticas que nos remetem quanto ao diagnóstico, prognóstico, assessoria e implementação.

Porém não pode-se dizer que a abordagem da INQ, ao ofertar uma visão operacional e técnica da profissão, esteja equivocada. Como seu processo de clientes é reativo, isto é, são os próprios stakeholders internos - sendo a própria instituição UniRitter o cliente - que necessitam das soluções que buscam por tais, muitos deles podem ser atraídos pelos serviços das outras áreas da comunicação, necessitando, assim, uma sinalização daquilo que é operacional da profissão para que a sociedade enxergue a sua necessidade e, somente, então, consiga delimitar o que é função e responsabilidade de cada área. Além disto, não busca-se o estabelecimento de clientes contínuos, sob o escopo de uma operação continuada de serviços. Ao contrário, os trabalhos demandados pelos clientes tem um início e fim e são realizados dentro de espaços de tempo, o que vai de encontro a promoção da definição conceitual, que executa a gestão da função organizacional política, o que demanda continuidade e manutenção, além de mais envolvimento dos profissionais, o que não ocorre na INQ.

Em contrapartida, ao mesmo passo, a visão funcionalista e operacional da profissão, por vezes, também pode contribuir para os equívocos sobre a área de Relações Públicas, aumentando as possibilidades do mercado oculto, já apontados por Dornelles e Simões (2012) que são de recorrência alta, no que se refere às reclamações, principalmente de acadêmicos.

Sob o marco da Teoria Política de Simões (1987), a reflexão final que fica é de que a INQ, mesmo compreendendo-se não tratar-se de um ambiente formal e/ou curricular de ensino que deveria seguir com excelência o que diz as DCNs, não utiliza de forma totalitária as DCNs, o que pode estar relacionada a uma realidade de cultura local, mas que, indiferente do motivo pelo qual isto ocorra, a prática laboratorial da INQ, não está errada, porém, não reflete a gama

de saberes específicos que poderiam ser abordados. Quando da abordagem, o principal benefício poderia ser a sobreposição positiva da experiência das atividades em nível prático com o teórico. Porém, como a INQ realiza, apenas três das seis sinalizações das atividades específicas, pode se dizer que o status final, ao acadêmico enquanto participante da INQ é entre neutro e positivo, mas havendo pouca sobreposição de conhecimentos.

Além disso, este artigo não esgota as possibilidades de estudo na área, permanecendo, assim como a Teoria de Simões (1987, 1995), aberto a novas contribuições.

Bibliografia consultada:

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 2 de 27 de setembro de 2013**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, 2013.

CASTELLS, Manuel, 1942. **O poder da comunicação**; tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

KUNSCH, Margarida M. K. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. 4.ed. revisada, atualizada e ampliada. São Paulo: Summus, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O Curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. Os desafios da implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais no curso de Relações Públicas. In: ALMEIDA, Fernando Ferreira; SILVA, Robson Bastos da; MELO, Marcelo Briseno Marques de (Orgs.). **O ensino de comunicação frente às Diretrizes Curriculares**. São Paulo: INTERCOM, 2015. p. 46-65.

_____. Fragmentos da história do ensino das Relações Públicas no Brasil. In: MOURA, Cláudia Peixoto (Org.) **História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 688-694.

DORNELLES, Souvenir Maria Graczyk; SIMÕES, Roberto José Porto. O Mercado Oculto de Relações Públicas. In: DORNELLES, Souvenir Maria Graczyk (org.). **Relações Públicas: Construindo relacionamentos estratégicos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações públicas: função política**. São Paulo: Summus, 1995.

_____. **Relações públicas: função política**. Sagra: Feevale, 1987.

SILVEIRA, Rosana Vaz; COLPO, Caroline Delevati; SANTOS, Marta de Oliveira. **O desenvolvimento do planejamento estratégico da agência experimental para agregar valor à imagem institucional dos cursos de comunicação**. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA

COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 13., 2012, Chapecó. Anais... Disponível em: . Acesso em: 19/09/2018.

TAVARES, Marcelo de Barros. **O caráter educativo da *práxis* de Relações Públicas:** uma leitura humanista da atividade. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS. 2018